

Maternidade, ato político de resistência e luta: as Madres de Plaza de Mayo na busca dos desaparecidos da ditadura civil-militar argentina (1976-1983)

Gabriel Roberto Dauer*

Resumo

Entre 1976 e 1983 a Argentina esteve sob uma ditadura que, comandada por uma Junta Militar, perpetrou diversas graves violações de direitos humanos, como o desaparecimento forçado. Apesar disso, organizações de direitos humanos e familiares das vítimas desaparecidas procuraram pelos seus familiares e amigos. Nesse contexto, este artigo busca analisar a trajetória de um desses movimentos: as *Madres de Plaza de Mayo*, mulheres que lutaram e lutam até hoje pelo paradeiro de suas filhas e filhos desaparecidos. Ao problematizar a categoria social da maternidade, conclui-se que houve uma politização da maternidade como instrumento estratégico de ação política. Se antes eram vistas apenas dentro do espaço privado de suas casas as *Madres*, enquanto movimento, ocuparam as ruas e transformaram suas identidades maternas em instrumentos políticos de disputa por espaços, discursos e autoridade perante a ditadura ao darem nome e rosto a seus filhos e filhas desaparecidos.

Palavras-chave: *Argentina, Ditadura, Madres de Plaza de Mayo, Maternidade, Desaparecidos*

Motherhood, a political act of resistance and struggle: the Madres de Plaza de Mayo in the search of the disappeared of the Argentine civil-military dictatorship (1976-1983)

Abstract

Between 1976 and 1983, Argentina was under a civil-military dictatorship commanded by a Military Junta which perpetrated numerous gross human rights violations, such as the forced disappearances. Despite this, human rights organizations and relatives of the disappeared victims looked for their families and friends. In this sense, this article analyzes the trajectory of one of these movements: the *Madres de Plaza de Mayo*, women who fought and fight until today for the whereabouts of their disappeared daughters and sons. When questioning the social category of maternity, it can be concluded that this maternity was politicized as a strategic instrument of political action. If these women were seen just within the private space of their homes the *Madres*, as a movement, occupied the streets and transformed their maternal

* Doutorando em Relações Internacionais (Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas; 2020-atual), Mestre em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (Universidade de Brasília; 2019) e Bacharel em Relações Internacionais (Universidade Federal de Santa Catarina; 2017). Principais temas de pesquisa: América Latina, Direitos Humanos, Ditaduras de Segurança Nacional, Política Externa, Migrações e Movimentos Sociais.

identities into political instruments of a dispute over spaces, discourses, and authority against the dictatorship by giving to their missing sons and daughters their names and faces.

Keywords: *Argentina, Dictatorship, Madres de Plaza de Mayo, Motherhood, Disappeared*

Durante as décadas de 1960 a 1970, na América Latina, ditaduras civil-militares foram instauradas na região e criaram inimigos internos para serem combatidos com o uso de novas tecnologias de ameaça, tortura, controle social e desaparecimento.ⁱ Cidadãos e cidadãs foram transformados em ameaças, cujas justificativas de serem excluídos do corpo social pautavam-se na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), para a qual, num contexto regional declarado como guerra total (por atingir não apenas militares, mas também civis), era necessário combater a subversão ao seguir a lógica de reestruturar sociedades “doentes” pelo “mal comunista” (Sznajder, 2003; Novaro; Palermo, 2007).

Na Argentina, a ditadura civil-militar de 1976 a 1983 esteve sob o comando de uma Junta Militar que tentou reestruturar e reestabelecer a ordem social. Naquele contexto, o Estado argentino desmobilizou, repreendeu, assassinou, desapareceu e tentou destruir toda e qualquer manifestação popular desalinhada de seu projeto de reestruturação social, política e econômica (Quiroga, 2005; Calveiro, 2006).

Para além da dor, da perseguição, do medo e da insegurança, existiram estratégias e alternativas de resistência de movimentos sociais e grupos de direitos humanos para combater a truculência da Junta Militar e expor as violências exercidas contra a população. Isso posto, este ensaio busca descrever a trajetória política de resistência de um desses diversos movimentos e grupos: as Mães da Praça de Maio.

Ao longo da última ditadura na Argentina, as Mães da Praça de Maio (*Madres de Plaza de Mayo* em espanhol, referidas aqui como *Madres*) construíram sua trajetória de luta nacional e internacional para com os desaparecidos que perdura até hoje, mas que não foi fácil de ser reconhecida. Mulheres e mães com pouca ou nenhuma atividade política, predominantemente oriundas de difíceis situações econômicas, não mediram esforços para sair do âmbito privado de suas casas e alcançar o espaço público. Chamadas de “As loucas da Praça de Maio”, elas reconfiguraram os espaços públicos e construíram novos símbolos e instrumentos de denúncia durante seus protestos em frente à Praça de Maio em Buenos Aires, em outras regiões da Argentina e do mundo (Navarro, 2001).

Em geral, o ensaio visa compreender quais foram as estratégias utilizadas pelas *Madres* para tornar público o caso dos desaparecidos por meio da maternidade. A indagação parte das estratégias de denúncia

de movimentos sociais e de suas relações com outros atores para obter informações a fim de alcançarem seus objetivos. Num primeiro momento, discute-se como foi instaurada a ditadura civil-militar de 1976 na Argentina. Depois, apresenta-se como as *Madres* surgiram, quais eram os seus propósitos, objetivos e estratégias de denúncia para o caso dos desaparecidos, delineando-se a trajetória de atuação do grupo, especialmente pelo uso estratégico da categoria da maternidade, reivindicada e politizada pelas *Madres*. É também proposto o início de um diálogo com autoras feministas latino-americanas para questionar, tensionar e vislumbrar categorias como maternidade, espaço público/privado e palavras de ordem ao caso das *Madres*. Longe de atribuí-las identidades que elas próprias não reivindicaram na ditadura, propõe-se compreender como essas mulheres, ao utilizarem elementos maternais, ocuparam as ruas de maneira organizada e conjunta, transformando sentimentos de dor em potência política de resistência pela causa dos desaparecidos na ditadura de 1976.

(Des)mobilização social e (re)e(x)sistência: as *Madres* na Praça de Maio

Em 10 de março de 1976, as Forças Armadas argentinas derrubaram o Congresso Nacional e instauraram o Processo de Reorganização Nacional (referido aqui como Processo), um novo sistema de dominação autoritário e centralizado.ⁱⁱ Vale recordar que, na história política argentina, o ciclo militar iniciou em 1930 e perdurou até 1983, contabilizando seis Golpes de Estado.ⁱⁱⁱ A vida política no país que antecede 1976 é marcada por outros períodos de governos militares, dentre os quais formaram uma imagem traumática das instituições estatais baseada no conflito social e político, oscilando entre largos períodos militares e poucas exceções de governos democráticos (Vezzetti, 2003).

Dessa inconstância nas instituições, o século XX demonstrou a baixa crença dos cidadãos argentinos nos valores democráticos e a prevalência de “comportamentos pretorianos”, ou seja, o consenso de que os militares deveriam estar na esfera política: “a relação particular de civis e militares foi sedimentando uma cultura que aceitou, em maior ou menor medida, a politização das Forças Armadas e a sua participação no sistema político” (Quiroga, 2005, p. 39, tradução nossa). Logo, sem o apoio civil, esses golpes seriam difíceis, denominando-se o que se compreen-

de por uma ditadura não somente militar, mas também civil.

A sociedade argentina, em geral, estava desarticulada e disposta a cooperar com os militares por estar conformada com a situação política vigente. A instauração de mais um governo militar demonstrava-se difícil de ser impedida: aquelas experiências de outros períodos ditatoriais haviam deixado suas marcas autoritárias e conservadoras (Vezzetti, 2003). Somado o apoio civil aos militares, a crise de governabilidade de Isabel Perón (María Estela Martínez de Perón) demonstrou a falta de credibilidade das instituições democráticas e a deterioração da autoridade presidencial. Para os militares, desestruturar o governo peronista seria o caminho mais rápido e fácil para conquistar o poder (Quiroga, 2005).

A sociedade era vista como um corpo orgânico que metaforicamente estava “doente” e necessitava de “reparos” como a desmobilização social, o desligamento político e a reordenação do povo. O diagnóstico era que o comunismo havia se infiltrado no corpo social, uma vez que os conflitos internos permitiram a entrada da subversão externa na Argentina, adoecendo a nação e que, para curá-la, era necessário eliminar essas partes (Novaro; Palermo, 2007). Nesse projeto ditatorial, as Forças Armadas seriam o principal instrumento que colocaria em prática os objetivos propostos. A sociedade enquanto “corpo orgânico” tinha funções específicas para suas partes (com funções hierárquicas): a “cabeça” eram as Forças Armadas, as quais eram dotadas de racionalidade para comandar o “corpo” social, submisso (O’Donnell, 2004).

As operações realizadas pela Junta Militar não contaram apenas com a burocracia estatal, mas também pela delegação, em que grupos paramilitares de extrema direita foram contratados com o objetivo de eliminar a oposição.^{iv} Para Romero (2002, p. 216, tradução nossa), “[...] os vários grupos paramilitares que estavam operando nos anos anteriores ao golpe foram dissolvidos e incorporados na máquina terrorista estatal do governo [...]”, o Estado, então, apropriou-se desses grupos de direita para reforçar a institucionalidade das táticas repressivas. Para tanto, os discursos políticos da Junta frisavam que havia uma guerra na Argentina e que era necessário derrotar a subversão (Vezzetti, 2003).

Ações repressivas na América Latina eram uma forma generalizada para garantir a ordem e a disciplina social. Na Argentina, os métodos de desaparecimento forçado e tortura sistemática já eram utilizados entre 1966 e 1973. Entretanto, apenas com o Processo que o desaparecimento se tornou na prin-

cipal tática repressiva para reorganizar a sociedade argentina (Vezzetti, 2003). Calveiro (2006) afirma que o Estado argentino se utilizava de um poder desaparecedor que perseguia principalmente organizações sociais e políticas de esquerda e confinava essas pessoas em campos de concentração (chamados de Centros Clandestinos de Detenção). A estratégia, todavia, começou antes da Junta assumir o poder. Em 1973, numa escalada da violência entre a esquerda e a direita nos anos de 1974 e 1975, grupos paramilitares já dialogavam com o Estado para eliminar a subversão, como é o caso da Aliança Anticomunista Argentina ou a *Triple A* (AAA), atuante no governo de Isabel Perón. Com o golpe em 1976, a violência atingiu todos os estratos da sociedade (não apenas a guerrilha) e a política de desaparecimento se tornou na modalidade repressiva sistemática do governo militar:

O golpe de 1976 representou uma mudança substancial: o desaparecimento e o campo de concentração-extermínio deixaram de ser uma das formas da repressão para se tornarem na modalidade repressiva do poder, executada de maneira direta pelas instituições militares. Desde então, o eixo da atividade repressiva deixou de girar em torno de prisões para se estruturar em torno de um sistema de desaparecimento de pessoas, que se construiu desde e dentro das Forças Armadas (Calveiro, 2006, p. 27, tradução nossa).

Embora as Forças Armadas propusessem uma reconstrução do país em matéria econômica, sindical, educativa e de relações exteriores, não existia um programa político coerente para além da repressão clandestina de um inimigo amplo e onipresente, ou seja, o subversivo. Qualquer pessoa era suspeita e isso era suficiente para justificar as práticas de repressão generalizadas.^v A Junta Militar implantou uma “cultura do medo”, tática que paralisou a ampla sociedade e impediu-a de reagir frente às investidas governamentais, além de afetar a sua vida pública e privada (Romero, 2002). O medo era uma ferramenta de controle e paralisação para que não houvesse organização suficientemente capaz de desestabilizar o governo. Para tanto, a ditadura atuou de maneira dupla: pública, ao legitimar sua autoridade pelas leis (proibição de atividades político-partidárias e greves trabalhistas); e outra oculta, ao praticar os atos de repressão de maneira clandestina e indiscriminada (Romero, 2002).

É nesse contexto de repressão política e cerceamento das liberdades civis que surgem as *Madres*. Em virtude das frustrantes visitas aos oficiais do governo, representantes eclesiais e organismos de direitos humanos, em 30 de abril de 1977, mães de filhas e filhos desaparecidos encontraram-se pela primeira vez na Praça de Maio em Buenos Aires, capital da Argentina (Navarro, 2001). O apelo partiu de Azu-

cena Villaflor: “Nós estamos perdendo nosso tempo. Esse não é o lugar que devemos procurar pelas nossas crianças. Temos de ir para a Praça de Maio e então falar com Videla, porque ele não sabe o que está acontecendo” (Navarro, 2001, p. 250, tradução nossa). Naquele sábado de abril, quatorze mulheres sentaram-se nos bancos da praça para preencher solicitações de entrevistas com o governo. Com o passar do tempo, essas mães identificaram-se enquanto grupo e nomearam-se como as Mães da Praça de Maio (Bouvard, 1994; Navarro, 2001).^{vi}

Para entender como mulheres comuns, com pouco ou quase nenhum envolvimento na política ocuparam as ruas em plena ditadura, observa-se o processo de construção de suas identidades e ações coletivas. Por esse ângulo, as Madres interpretavam a sua realidade enquanto mães que, afastadas de seus filhos, descobriram em suas histórias a fonte de resistência necessária para combater a Junta Militar com o uso de táticas particulares. Assim posto, a identidade coletiva, segundo Melucci (2001, 2004) permite observar que interações compartilhadas de grupos como as Madres externalizam preocupações coletivas em relação a suas ações em campos de oportunidades e constrangimentos. Logo, as ações são processos de negociações construídas por relações em disputa que se repetem entre os indivíduos (ou grupos, no caso das *Madres*) (Melucci, 2004).

Melucci (2001; 2004) preocupa-se em entender de que maneira os indivíduos compreendem a sua realidade. Por esse ângulo, analisa-se como as Madres interpretavam a sua realidade enquanto mães que, afastadas de seus filhos, descobriram em suas histórias a fonte de resistência necessária para combater a Junta Militar por meio de táticas particulares. Assim posto, o conceito de identidade coletiva do autor é útil e se refere a

[...] uma definição interativa e compartilhada produzida por vários indivíduos (ou grupos num nível mais complexo), preocupados com as orientações das ações e o **campo de oportunidades e constrangimentos** no qual a ação ocorre. Por ‘interativa e compartilhada’, entendo como uma definição que deve ser concebida como um processo, porque ela é **construída e negociada por meio de uma repetida ativação das relações que unem indivíduos (ou grupos)** (Melucci, 2004, p. 44, tradução nossa, grifo nosso).

A maternidade ajuda a entender o processo de construção identitário das *Madres* e do uso estratégico da condição de mãe em suas ações de denúncia. Antes, cada mãe procurava sozinha pelos filhos desaparecidos. Todavia, com o passar do tempo, perceberam que para enfrentar a Junta Militar era necessário somar esforços. A ideia de maternidade expressou a força do

grupo e foi incorporada na sua identidade não como um fato isolado ou individual, mas compartilhado por reconhecê-la como uma **maternidade socializada e política**: “[...] cada *Madre* não era mais a mãe de apenas uma pessoa desaparecida; ao contrário, cada *Madre* representava o universo de todas as mães de crianças desaparecidas, incluindo aquelas mulheres que nunca se tornaram ativistas” (Bosco, 2001, p. 311, tradução nossa).

A maternidade, enquanto instrumento político das *Madres*, também fez parte das próprias ações da Junta Militar sobre o papel do Estado em resguardar a segurança nacional de seu território, governo e população – nesse caso, as Forças Armadas enquanto agentes que se colocavam como representantes legítimos desse ato de proteção. Conforme Sanjurjo (2013), não só o Estado Argentino era responsável pela proteção da nação, cidadãs e cidadãos também tinham esse papel de garantir a segurança nacional do país. Mães e pais eram responsáveis por proteger suas filhas e filhos do mal comunista e da subversão que infiltrava a Argentina e que não cabia mais somente aos militares:

o campo ideológico e o espaço privado da família foram tomados como frentes de combate cruciais [...] O discurso militar acusou os pais como os últimos responsáveis de impedir que os jovens fossem ‘contaminados’ pela ‘subversão’, gerando um sentido de responsabilidade sobre a conduta de seus filhos. [...] Daí que durante o período ditatorial familiares de desaparecidos tenham sido estigmatizados e culpabilizados pela ‘subversão’ dos valores morais e políticos da argentinidade (Sanjurjo, 2013, p. 111, grifo da autora).

Como expresso por Sanjurjo (2013), a família argentina durante a ditadura era um espaço para a socialização política e moral do ser argentino enquanto nacional esperado pela Junta Militar. Entretanto, ao mesmo tempo que o núcleo familiar, entendido como elemento de união de um projeto militarizado de nação utilizado para fins de controle social e de repressão, os movimentos dos familiares de desaparecidos -como é o caso das *Madres* – apropriaram-se do parentesco sanguíneo e o ressignificaram de sentido político e militante de suas lutas (Sanjurjo, 2013). A resistência política do parentesco que as ações das *Madres* representavam socialmente possibilitou um “[...] sentido de irmandade entre *madres, padres, hijos e nietos*, ao passo que as madres se converteram em mães dos *30 mil detenidos-desaparecidos*, processo que denominaram de *socialização da maternidade*” (Sanjurjo, 2013, p. 117, grifo da autora).

Não obstante, a maternidade enquanto elemento identitário das *Madres* não foi estática, e sim, contingencial e estratégico de acordo com o contexto

e necessidade. Num primeiro estágio, a imagem maternal de compaixão, sabedoria, carinho e cuidado facilitaram a ocupação dos espaços públicos, pois se alinhava às expectativas sociais que uma mãe deveria seguir (Bouvard, 1994). Ou seja

Se a figura da mãe e do feminino encontrava-se tradicionalmente associada à ideia de cuidado geração da vida, ao afeto, ao natural e ao doméstico, e sendo a família a unidade 'natural' da organização social, conforme afirmava o próprio discurso militar, como condenar a reação de desespero 'natural' de uma mãe em busca do filho? (Sanjurjo, 2013, p. 114).

No início de suas marchas na Praça de Maio, não haviam grandes represálias do governo, mas existia certo descaso da população, que as apoiava mas também duvidava que seus filhos realmente não tivessem feito algo para estarem desaparecidos. Era premente uma posição mais assertiva enquanto mães na cena pública, em que muitas deixaram de ser somente donas de casa para também serem ativistas:

Entretanto, as *Madres* subverteram o conceito de maternidade como meramente biológico e deixaram seus papéis de pessoas passivas e privadas. [...] **As Madres recusaram-se a lamentar ou chorar por seus filhos porque elas observaram que esse comportamento ajudava o governo a dominá-las ao absorver a energia que deveria ser usada na luta política.** [...] **Quando se tornaram ativas, as Madres trabalharam pela continuidade e consistência entre a sua vida privada e pública. [...] demandavam espaço político e objetivos radicais, ao mesmo tempo que mantiveram seus valores tradicionais de cuidado do lar; elas continuaram a insistir em suas identidades de donas de casa e Madres. A humanização do comportamento político é uma característica importante nas mudanças que elas buscaram trazer** (Bouvard, 1994, p. 184-185, tradução nossa, grifo nosso).

Essa mudança na compreensão da maternidade enquanto um dos pilares identitários das Madres relaciona-se ao que Tarrow (2011) frisa sobre a não homogeneidade das identidades de um movimento e a existência de conflitos internos:

Dada a importância de estabelecer legitimidade e certificar que o movimento é um autêntico representante daquilo que advoga, a construção de identidade é provavelmente mais importante durante o surgimento do movimento, tornando-se menos importante ao passo que se institucionaliza, e desaparece com o estabelecimento do movimento ao falar de sua constituição. Visto que muitos indivíduos negociam entre diversas identidades, **a identidade política reivindicada pelo movimento deve ser constantemente reforçada**, especialmente depois que certo nível da mobilização decaiu (Tarrow, 2011, p. 152, tradução nossa, grifo nosso).

No trecho anterior, a necessidade de salientar constantemente as motivações de identidade e do agir político encontra-se no contato das *Madres* com a população:

Quando dizíamos aos pedestres na Praça de Maio o porquê de estarmos lá, eles nos perguntavam, 'Desaparecidos? Mas você sabe onde eles estão.' Não, isso é o que queremos saber. 'Mas eles não estão presos, eles não foram julgados?' Não. ***E todas as quintas-feiras, todos os dias, tentávamos explicar essa realidade indescritível que nossos compatriotas eram incapazes de compreender, ao menos que eles fossem tocados por isso diretamente ou indiretamente*** (Disappearance, a Workbook, p. 117, apud Bouvard, 1994, p. 33, tradução nossa, grifo nosso).

Essas mulheres, ao se encontrarem em delegacias, igrejas, cafés e praças, proporcionaram espaços oportunos de trocas de experiências e se constituíram como mulheres na luta pelo paradeiro de suas filhas e filhos. Esse momento de auto-reconhecimento das *Madres* criou laços afetivos não somente pela maternidade, mas enquanto agentes responsáveis por darem continuidade à luta de seus filhos. A construção e negociação identitária das Madres no que apontam Tarrow (2011) e Bouvard (1994) dialoga com o chamado de Femenías (2006) para afirmações identitárias de mulheres que são capazes de reconfigurar suas identidades e sua ação política. Conforme a autora,

[...] a reconceitualização da cultura, a resignificação da alteridade, a possibilidade de se repensar como sujeito-agente autônoma são urgentes. [...] as mulheres negociam, intervêm, deslocam e se apropriam das estruturas que são submetidas, produzindo um giro trópico apropriativo a partir de sua experiência marginal-periférica (Femenías, 2006, p. 108, tradução nossa, grifo da autora).

Entretanto, ocupar a Praça de Maio como local de denúncia passou a ter seu preço: enfrentaram vastos obstáculos da Junta Militar que tinha percebido o propósito de estarem na praça e da própria estrutura patriarcal que invisibilizava a mulher na sociedade e na política, o que dificultava o acesso aos canais de comunicação para que fossem ouvidas (Bouvard, 1994; Navarro, 2001). O âmbito doméstico tinha se colocado como um fator limitante para a maioria das *Madres*.

Segato (2012), ao realizar estudo sobre o mundo das aldeias e a violência sobre as mulheres que nelas habitam, destaca a diferença da esfera pública e da esfera privada no mundo das aldeias e no mundo moderno. Para a autora, o pensamento moderno compreende o espaço privado como marginalizado e expropriado da política. Contudo, para determinadas aldeias, é um local onde as mulheres dialogam

com seus esposos as decisões políticas da comunidade em que vivem. Cabe aqui dizer que, no caso das *Madres*, de mulheres brancas e urbanas localizadas em cidades como Buenos Aires que respiravam a cultura e a política europeias, a esfera privada era muito mais um espaço de negação de sua participação política do que para as mulheres das aldeias.^{vii} O ambiente doméstico fazia que sofressem a dor da perda de suas filhas e filhos de forma individual; a vivência restrita ao lar impossibilitava o estabelecimento de vínculos com outras Madres por uma causa comum.

No momento em que as *Madres* saíram do que Rita Segato chama de “encapsulamento da domesticidade” (Segato, 2012, p. 121), ou seja, de seus lares, as *Madres* conseguiram compartilhar histórias, experiências e sentimentos comuns de dor que serviram de motor para ocuparem as ruas da Argentina, muito diferente do que se poderia entender da repressão sobre comunidades indígenas no país e em outros contextos, como na ditadura brasileira. Ao não se limitarem aos cuidados domésticos, as Madres combateram o privado e passaram a estar na linha de frente das ações políticas pela causa dos desaparecidos. Em certo sentido, as *Madres* conseguiram demonstrar que, mesmo sendo donas de casa, também era possível participar de movimentos políticos de enfrentamento à Junta Militar.

Na mesma linha de Segato (2012), María Luisa Femenías, em entrevista realizada no ano de 2009 pela Revista Estudos Feministas (REF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),^{viii} frisa que o discurso da responsabilidade materna das Madres ao mesmo tempo que as obrigava naturalmente a saber onde estavam os seus filhos desaparecidos pela sua condição de mães, era disruptivo por implodir com a divisão entre o que é o público e o privado para as mulheres:

[...] colocamos toda a responsabilidade nessa figura do amor materno, que não é assumida no discurso do outro e que o colocam no lugar de mãe: amante e cuidadora. Isso tem sido muito objetado na Argentina e tem sido objetado porque se diz que isso lhe tira autonomia, valentia. Eu creio que não, creio que, sim, **há um uso do papel da mãe no espaço público e isso é o disruptivo, isso é o transgressor, porque a mãe é levada a perguntar onde está o/a filho/a, por que não está o espaço doméstico. [...] isso é sumamente disruptivo, porque é levar ao espaço público o mais privado** (Femenías, María Luisa. [Entrevista concedida a] Rial; Grossi, 2009, p. 728, grifo nosso).

Dessa forma, a escolha da Praça de Maio é crucial para entender a força política que os espaços públicos possuem. As motivações das *Madres* de escolherem aquela praça como local inicial de denúncia podem ser analisadas pelo conceito de ação coletiva de Melucci (2004):

Como o resultado de fins, recursos e limites, como uma orientação intencional construída por meio de relações sociais dentro de um sistema de oportunidades e constrangimentos. Portanto, não se pode considerar nem como um simples efeito de pré-condições estruturais ou a expressão de valores e crenças. Os indivíduos atuando coletivamente ‘constroem’ sua ação através de significados de investimentos ‘organizados’: **eles definem o campo de possibilidades e limites que percebem em termos cognitivos, ao mesmo tempo que ativam suas relações para dar sentido para seu ‘estar junto’ e aos objetivos que perseguem** (Melucci, 2004, p. 43, tradução nossa, grifo nosso).

Nesse trecho, o autor ressalta a construção dos indivíduos diante de seus movimentos e salienta que a estrutura social é sim importante, mas não deve ser levada em conta como único fator ao se estudar os movimentos sociais. **As pessoas produzem ações coletivas pois são capazes de definir por si mesmas a maneira pela qual interpretam a sua relação com o seu ambiente.** Entretanto, a ação coletiva não segue uma lógica linear: é permeada por interações, negociações, oposições e entraves entre atores internos e externos ao grupo. Segato (2012) dialoga com Melucci (2004) ao trazer o conceito de **inter-historicidade**, útil não só para as categorias de gênero e colonialidade, mas para pensar também a atuação de grupos e movimentos sociais. Para a autora, a inter-historicidade é a autopercepção dos membros de uma coletividade de que compartilham histórias comuns para além de diferenças e conflitos internos inerentes ao grupo.

A ação coletiva das *Madres* também é estudada a partir da rede de relações por elas estabelecida ao decorrer dos anos, nacionalmente e internacionalmente. Segundo Bosco (2001), para que uma ação coletiva seja sustentável – perdure por determinado período –, é preciso que as partes envolvidas na ação coletiva construam redes geograficamente flexíveis, em diferentes locais e com distintas atuações. A ação coletiva enquanto elemento constituinte da identidade de um grupo, a partir de relações entre seus membros e de outros grupos, e o resultado esperado dessas interações, decorre também do espaço geográfico do qual ocupa:

[...] há uma espacialidade inerente às redes de movimento social que varia de acordo com os locais e lugares que facilitam a prática do ativismo às redes transnacionais, as quais conectam os ativistas. [...] essa espacialidade estabelece uma diferença crítica nos resultados intencionais da ação coletiva (Bosco, 2001, p. 310, tradução nossa).

A Praça de Maio foi e perdura como a espacialidade que serviu de elo de ligação entre as *Madres* por meio do compartilhamento social de sua maternidade.

Durante a ditadura, as *Madres* amarraram fortes nós geográficos de união na Argentina e no mundo, dando forma a uma identidade coletiva transnacional de resistência:

Mesmo quando algumas das *Madres* viajavam ao exterior para divulgarem sua causa ou participarem de atividades com outros movimentos sociais, elas continuavam com os rituais coletivos semanais. Por exemplo, as *Madres* são conhecidas por escolher uma praça num lugar específico onde elas se encontravam, calcular e ajustar o relógio conforme o fuso horário para continuar a caminhar por meia hora em torno de um monumento ou qualquer outro marco na praça para se sentirem juntas de outras *Madres* na Argentina. Ao longo do tempo, as marchas semanais das *Madres* tornaram-se de fato rituais coletivos transnacionais que deram visibilidade a sua rede em todo o mundo. [...] uma das *Madres* me disse que uma de suas melhores recordações das marchas semanais no exterior foi quando um grupo de *Madres* se reuniu na Praça da Revolução em Cuba para realizar seu ritual semanal (comunicações pessoais, setembro de 1999) (Bosco, 2001, p. 316, tradução nossa).

Por conseguinte, o encontro das *Madres*, ao caracterizar a Praça de Maio como um espaço social de identidade política, ultrapassou a praça física ao ampliar a ação coletiva de resistência a outras localidades. A simbologia política semeada mutualmente entre a Praça de Maio e as *Madres* ao ir além de Buenos Aires permitiu a sustentabilidade do movimento que na atualidade celebra mais de 40 anos de atuação, posto que “[...] laços coesos comuns não são incentivados pela proximidade geográfica física, mas sim por uma proximidade simbólica socialmente construída baseada na identificação do grupo com um determinado lugar” (Bosco, 2001, p. 317, tradução nossa).

Praça de Maio, 15:30, quinta-feira: instrumentos de denúncia utilizados pelas *Madres* ao caso dos desaparecidos

Como demonstrado, a Praça de Maio tornou-se um lugar de interações, disputas, negociações e oposições políticas às *Madres*. Rodeada pela catedral, bancos e negócios empresariais, a Praça foi e é um local de passagem diário de milhares de pessoas. Nela, as *Madres* reuniam-se nas quintas-feiras às 15:30 para compartilhar informações acerca de suas filhas e filhos desaparecidos. A escolha de marchar às quintas-feiras era estratégica, pois a circulação de pessoas nos sábados era baixa e a sexta-feira era vista como um dia de azar por algumas delas (Bombal, 1992).

O propósito inicial das *Madres* não era realizar demonstrações públicas, mas funcionaram assim quando a polícia começou a ameaçá-las. Na Praça, sentavam-se nos bancos ou ficavam em grupos para trocar informações ou discutir os nomes de mulheres

que poderiam aderir à causa. Num desses encontros, foram notificadas pelos policiais que estavam proibidas de permanecer em grupos, mas não de circular ao redor da Praça, momento no qual se somaram num ato de marcha de trinta minutos no sentido anti-horário em torno da pirâmide da Praça, formando seu novo espaço político. A ação de circular carregava a simbologia de ir de encontro às ordens policiais e demonstrava a persistência política das *Madres*, que unidas, registravam simbolicamente a dúvida do paradeiro dos desaparecidos (Bombal, 1992; Bouvard, 1994; Navarro, 2001). A insistência em denominar o ato de circular pela Praça como uma marcha é explicada por uma das *Madres* numa entrevista:

Quero dizer-lhes que nós não gostamos que chamem de ronda o que fazemos. E eu explicava a alguns companheiros que estão escrevendo um livro por que não queremos dizer ronda e dizemos marcha. Porque a ronda significa circular sobre a mesma coisa, mas marchar é marchar até algo. E nós, *Madres*, acreditamos que ainda que seja em círculo, estamos marchando até algo (AMPM, 1995, p. 9, tradução nossa).

A ação de circular representava a simbologia de contrariar as ordens policiais, de demonstrar a persistência política das *Madres* que registravam e escancaravam publicamente para a sociedade o caso dos desaparecidos (Bombal, 1992; Bouvard, 1994; Navarro, 2001). Para ilustrar como as *Madres* romperam com o silêncio dos desaparecidos e enfrentaram a Junta Militar em plena ditadura, parte-se da teoria dos repertórios de confronto político:

O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva (McAdam et al., 2009, p. 11-12).

Os repertórios representam as ações dos movimentos sociais, constituídos por práticas alternativas ao longo da história para reivindicar um propósito num embate de ideias inovadoras com seus opositores (McAdam et al., 2009). Ao ocuparem os espaços públicos, as *Madres* desenvolveram amplos repertórios de confronto político, mas nem sempre com a mesma intensidade positiva e chamativa para a população, sendo necessária a modificação de suas táticas. Os confrontos políticos, localizados culturalmente e socialmente nos indivíduos, não surgem de maneira isolada.

Para Tarrow (2011), o confronto político surge “[...] em resposta às mudanças nas oportunidades políticas e ameaças, quando os participantes per-

cebem e respondem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários e baseados em grupos, de longa data ou episódicos” (Tarrow, 2011, p. 16, tradução nossa). Novamente, pode-se valer da inter-historicidade de Segato (2012) para dialogar com o conceito de confronto político de Tarrow (2011), cujas variações no agir coletivo de um grupo decorrem não apenas da mera reflexão, mas pela própria realidade que necessita de mudanças. Nesse sentido, Segato (2012) aponta que seu trabalho é, a partir dos dilemas de cenários complexos, desenvolver uma “[...] antropologia contenciosa e a sugerir os termos *povo como sujeito de uma história* em lugar de *cultura, pluralismo histórico* no lugar de *relativismo cultural, e inter-historicidade em vez de interculturalidade*” (Segato, 2012, p. 113, grifo da autora). Ou seja, tanto para o confronto político quanto para o pluralismo histórico e a inter-historicidade, não existe uma cultura fundamentalista, inerente, estática e natural de grupos e movimentos em ação coletiva.

A inevitabilidade de modificar as táticas de ação é correlata ao efeito desejado pelas *Madres* de causar uma resposta positiva e provocativa na sociedade e na Junta Militar, ao qual se assemelha aos resultados eficazes esperados pelos repertórios:

A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática (McAdam et al., 2009, p. 25).

O elemento surpresa que unificava a identidade das *Madres* é constituído pela maternidade enquanto artífice político para contrastar tudo aquilo que se esperava e limitava as mulheres numa sociedade conservadora: o âmbito privado. Outrossim, a maternidade política das *Madres* criou paradoxos na sociedade; ao mesmo tempo que correspondiam aos papéis sociais enquanto mães, também ocuparam o espaço público em plena ditadura.

A Praça, local de concentração do poder estatal na Casa Rosada, tornou-se em espaço de luta. Ao colocarem a questão da justiça pelo direito de saber a verdade sobre os desaparecidos, as *Madres* resignificaram os espaços públicos como locais políticos. Elas foram capazes de transformar os laços familiares em capital político de luta (Sanjurjo, 2013). Para facilitar o reconhecimento entre as *Madres*, elas utilizaram fraldas como lenços na cabeça.^{ix} Segundo Foss e Domenici (2001), as fraldas eram símbolo de resistência, que bordadas com o nome de seus filhos desaparecidos representavam uma geração que havia sumido. Além

do lenço, elas carregavam fotos de seus filhos em placas, uma demonstração visual com grande densidade simbólica e imagética de seus sentimentos à sociedade e à mídia (Bombal, 1992).

O porquê da saída das *Madres* à Praça de Maio, ao torná-la um espaço público e político para os seus atos, faz parte de como resignificaram também o seu estado sentimental de tristeza pelos seus filhos desaparecidos. A reflexão proposta baseia-se em Thornton (2016), que se preocupa em analisar o caminho trilhado pelas *Madres* ao transformarem a sua tristeza em ação.^x

Há de se reconhecer que, primeiramente, o medo instaurado pelo governo militar com os desaparecimentos fez com que a própria sociedade argentina exercesse controle entre seus familiares, amigos, colegas e vizinhos. Após o desaparecimento de um membro da família, não havia – ou era difícil existir – apoio de amigos, vizinhos ou terceiros. Havia um processo de isolamento dos círculos sociais pelo medo de que outras pessoas tinham de sofrer as mesmas consequências. Outro aspecto relevante é a inexistência de um corpo que representasse a morte, ou melhor, a inexistência de vida fazia com que as famílias permanecessem num limbo jurídico. Essas duas consequências do desaparecimento constituíram a base para que as famílias se autoculpabilizassem, ou seja “[...] o sentimento de considerar a pessoa como morta, a pessoa em estado de luto [estava] de alguma forma matando-a” (Andersen, 1993, p. 17, apud Thornton, 2016, p. 285, tradução nossa).

Essa pode ser uma das razões que explicam o não silenciamento das *Madres* ao recusarem as justificativas da Junta Militar que insistia em dizer que os desaparecidos estavam mortos ou haviam saído do país. Não satisfeitas, negavam a morte de seus filhos enquanto preceito ético e político: a luta pela prisão dos algozes. Mercedes Moreno, uma das *Madres*, destaca a sua luta na busca de sua filha: “Eu quero saber quem a matou e eu quero que o assassino seja preso. Se eu pedir por ela como um corpo, estaria matando-a, não estaria pedindo por aquele que a assassinou” (Bouvard, 1994, p. 139, tradução nossa), e para outra *Madre*: “Para que meu filho esteja morto, seu assassino deve ir para à cadeia” (Bouvard, 1994, p. 147, tradução nossa).

Thornton (2016) traz três fatores que auxiliam na compreensão das alternativas escolhidas pelas *Madres* para lidar com a tristeza e transformá-la em ação política:

- a) O apoio mútuo que, ao compartilharem suas experiências, consolidaram laços sentimentais;^{xi}
- b) As ações conjuntas públicas com símbolos e slogans contra o governo; e
- c) O movimento além de seu sofrimento pessoal que alcançou o público em geral, muitas vezes lido como a continuidade da luta de seus filhos.^{xii}

As palavras de ordem das *Madres* surgiram para chamar a atenção da população: “Aparição com Vida”, utilizada como protesto à Junta Militar, aos grupos políticos e organismos de direitos humanos que persistiam em dizer que os desaparecidos estavam mortos; e em 1983, mais perto do final da ditadura, no qual se discutia sobre a responsabilidade pelos crimes cometidos, utilizaram a frase “Julgamento e Castigo para Todos os Culpados” (Bouvard, 1994; Foss; Domenici, 2001). Portanto, pode-se afirmar que as Madres teriam contribuído aos movimentos e grupos de resistência contra as ditaduras na América Latina de diversas formas, seja por suas identidades maternas socialmente construídas, como mulheres passivas que tomam as ruas politicamente ou enquanto mulheres latino-americanas que, mesmo sem se intitularem como feministas, tinham algo a dizer às mulheres estadunidenses e europeias em relação a ação coletiva, tanto como pelo alcance transnacional de sua luta numa realidade que para além da violência estatal contra a população, era economicamente e socialmente muito mais desigual que outras regiões do globo, como EUA e Europa.

Nesse sentido, Carosio (2017), ao analisar o pensamento crítico latino-americano, abre novos caminhos para que se possa interpretar outras possibilidades do agir coletivo para além daqueles de grupos e movimentos estadunidenses e europeus. Para a autora, o pensamento crítico

[...] nasce de uma realidade concreta, por esse motivo, pensar desde nossa América, como lugar e propósito, significa analisar as desigualdades e injustiças que caracterizam as nossas sociedades, uma vez que recupera e consolida as resistências e rebeldias das inumeráveis insurreições populares (Carosio, 2017, p. 18, tradução nossa).

Com o decorrer do tempo, as *Madres* serviram de exemplo para outras mães em diversos lugares da Argentina e da própria América Latina em países que também estavam sob garras ditatoriais. Elas formaram uma rede em diversas províncias do país que transcendeu o espaço da Praça de Maio por compreender a localidade não como uma escala geográfica, e sim, enquanto uma rede de relações sociais que percorria espacialidades. Observa-se que as *Madres*, pela emoção de seus laços afetivos foram capazes de criar, fortalecer e atuar politicamente enquanto um movimento social

que soube trabalhar em distintas escalas geográficas afetivas de atuação de maneira original e criativa. Na perspectiva de Carosio (2017), pode-se fazer um paralelo entre o pensamento crítico e a ação coletiva das *Madres* em que o agir do grupo, entendido aqui como seu pensamento crítico, significaria

[...] reivindicar uma independência epistemológica fundamentada no enraizamento com a geografia e a história, latino-americanizando o pensamento e a cultura. Busca-se pensar a realidade a partir da América como lugar de origem e não como uma reinterpretação de pensamentos hegemônicos (Carosio, 2017, p. 18, tradução nossa).

Ou seja, as *Madres* atuavam de maneira estratégica e inovadora na sociedade a partir de seus locais de origem enquanto mulheres argentinas de classe baixa na busca de seus filhos desaparecidos. Durante o final da década de 1970 e início da década de 1980, mais de 20 grupos de *Madres* organizaram-se pelo país, com diferentes formas de ativismo frente o governo, acusando-o de terem feito desaparecer seus filhos. As Madres de Buenos Aires alertaram as outras mães que essas não estavam sozinhas na busca por seus filhos. Assim, focaram-se em criar uma estrutura organizacional formal:

[...] a rede das *Madres* já era autossustentável, pois as mulheres compartilhavam de sua dor por terem perdido seus filhos e de sua felicidade e força que surgia como resultado de encontrar outras pessoas como elas. Na verdade, foram os laços emocionais entre as mulheres que permitiram a expansão da rede e a integração de novos membros em primeiro lugar (Bosco, 2006, p. 351, tradução nossa).

A Praça de Maio deslocou-se simbolicamente de Buenos Aires a outras regiões do país e fortaleceu os laços emocionais que uniam essas mulheres, sendo o local para compartilhar experiências e se tornarem ativistas.^{xiii} Surgiu, pois, uma identidade coletiva: as mães dos desaparecidos da Praça de Maio, que se reconheciam enquanto tal, independentemente da localidade e da proximidade geográfica (Bosco, 2006).

Com o tempo, as *Madres* abandonaram seu papel inicial de vítima e adotaram uma posição ativa de sujeito de direitos. Para Bombal (1992, p. 52), a definição de vítima “[...] corresponde a essa posição em que se encontra quem não pode demonstrar o dano sofrido, porque foi privado dos meios de prova necessários para fazer valer sua denúncia”. Já o sujeito de direitos é quando a vítima passa a ter “[...] acesso a um tribunal que julgue a verdade do que se sustenta, conforme procedimentos estipulados acerca da apresentação de provas” (Bombal, 1992, p. 53). Para as Madres, o tribunal não era apenas as instituições jurídicas, mas a própria sociedade. Houve um proces-

so de ressignificação de seus discursos que inseriu a questão dos desaparecidos no cotidiano argentino.

As *Madres* foram as primeiras vítimas que, ao saírem dessa posição, romperam com o discurso da Junta Militar de justificar as suas ações repressivas perante a política nacional. Ao andarem pela Praça de Maio na busca pela verdade, elas iam em oposição à lógica estatal de despolitizar os espaços públicos e encurralar a sociedade pela ameaça e medo: “Mas houve um tempo em que o direito à vida não estava subentendido para o sujeito político. E as Mães necessitaram voltar a proclamá-lo” (Bombal, 1992, p. 54). Quando surgem em 1977, no final da década de 1970, as *Madres* representavam as mães de suas filhas desaparecidas, muitas recém ingressadas nas universidades e militantes políticas, período que na América Latina se enquadra no que a academia situa como a Segunda Onda Feminista da região, em que: “[...] produz-se uma presença e acusação crescente das mulheres nos diferentes níveis de educação, sobretudo, tem lugar sua incorporação na educação média e superior e vai se criando uma ação contracultural e emancipadora em relação às lutas sociais da época” (Carosio, 2017, p. 30, tradução nossa). Embora a maioria das *Madres* da época não estivesse situada em ambientes acadêmicos, diziam ter se encontrado na luta de suas próprias filhas e filhos, possibilitando a continuidade de diferentes ações coletivas que transitavam por diferentes gerações. Ainda sobre a Segunda Onda (Carosio, 2017), as *Madres* foram responsáveis por influenciar diversas mulheres e movimentos, como apontado por María Luisa Femenías na entrevista de 2009.

A dificuldade de legitimar o discurso dos desaparecidos em uma sociedade desconfiada e levada pelo medo de questionar era custosa à estabilidade das *Madres*. Com o tempo, os militares passaram a chamá-las de “As loucas da Praça de Maio” (las locas), na intenção de desacreditá-las enquanto mulheres para findar com seu movimento. Eram ameaçadas em suas casas e no seu trajeto à Praça, além de pedestres que passavam, desviavam ou as insultavam. Na tentativa de deslegitimar a atuação pública ao chamá-las de loucas, a Junta Militar buscou impedir a quebra do silêncio dos desaparecidos, sendo necessário que elas repensassem a sua abordagem para resgatar o apoio social (Bouvard, 1994; Navarro, 2001; Bosco, 2006).

Para Melucci (2004), existem duas definições de identidade, a interna (aquela que o próprio autor da ação tem sobre si mesmo, nesse caso, as *Madres*) e a externa, quando há a identificação por terceiros (a Junta Militar e a sociedade argentina). Dessa maneira, as *Madres* encontraram um de seus primeiros “constrangimentos” de seu campo de oportunidades ao

serem taxadas de loucas: “Atores sociais entram num conflito para afirmar a identidade que o seu oponente negou a eles, para se reapropriarem de algo que pertence a eles, pois eles são capazes de reconhecer isso como deles mesmos” (Melucci, 2004, p. 48, tradução nossa). A tentativa da Junta Militar de desestruturar a ação das *Madres* tornou ainda mais complicado para que a população acreditasse na existência dos desaparecidos e que realmente fossem isentos de quaisquer crimes cometidos. Ao serem chamadas de loucas, buscava-se negar que houvessem desaparecidos ou violações de direitos humanos por parte do Estado. Eram necessárias novas formas de atuar nos espaços públicos, ou seja, as *Madres* deveriam reconfigurar sua imagem pública para que a sua luta fosse reconhecida como legítima:

Deverá encontrar formas de verificar seu testemunho, legitimar sua palavra e elaborar uma significação alternativa dos fatos. Deste modo poderá (ou não) alcançar logo o apelo ao reconhecimento de um terceiro, para que julgue conforme uma regra comum a verdade de sua demanda (Bombal, 1992, p. 52).

A maternidade, enquanto elemento identitário, foi utilizada como instrumento político dos repertórios das *Madres*. Entretanto, a eficácia da maternidade variou no tempo. Para que a ação delas fosse legitimada e aceita na esfera pública, tiveram de usar do mesmo papel materno que lhes era determinado, reconfigurando-o a partir das características esperadas de boas mulheres: a sua responsabilidade enquanto mães que ao desejarem saber do paradeiro de seus filhos desaparecidos, cumpririam com seu papel maternal.^{xiv} No início, não obstante o uso estratégico da maternidade para chamar atenção da população e da Junta Militar, não foram levadas a sério:

Para muitos... o reconhecimento de que os sequestros estavam acontecendo com a cooperação dos países vizinhos, dos industrialistas, do sistema legal e com a benção das autoridades da Igreja trouxe consigo um senso de impotência e terror. Parecia inconciliável que esse grupo de mulheres na sala de espera do Ministério do Interior poderia oferecer qualquer tipo de desafio para essa aliança poderosa (Fisher, Jo, 1989, s.p., apud Thornton, 2016, p. 282, tradução nossa).

Nesse sentido, Taylor (2001) destaca que a ação das *Madres* teria contestado os pilares da Junta Militar ao exporem a violência e a hipocrisia da ditadura para reorganizar a nação, além de contestar, mesmo sem intenção, o papel privado resignado à mulher da cena política:

O papel virginal permitia que as mulheres performassem qualidades femininas aceitáveis – auto-sacrifício, sofrimento, irracionalidade, até mesmo se tomassem os passos mais ousados imagináveis em seu contexto político particular: elas afirmavam a sua passividade e a sua impotência (Taylor, 2001, p. 102, tradução nossa).

Mesmo que a presença das *Madres* fosse subjugada por ocuparem os espaços de forma fisicamente e visivelmente contestatória da truculência da Junta Militar e do conservadorismo da sociedade argentina, elas reivindicaram a posição de mães politicamente engajadas na causa pelos desaparecidos sem levantarem durante a ditadura uma bandeira feminista ou de gênero em suas manifestações como algumas pessoas defendem. Consoante Carosio (2017), deve-se prestar atenção ao fato de que entender o feminismo como movimento social não significa que os próprios movimentos sociais incorporem a teoria feminista em sua forma de agir e de pensar: “A constatação otimista das ações dos movimentos sociais não é suficiente” (Carosio, 2017, p. 27, tradução nossa). Para Femenías, as Madres não eram parte de um movimento feminista, mas abriram muitas portas às mulheres na Argentina, [...] ao trabalho das mulheres e à credibilidade das mulheres no espaço público, em nível nacional e nível internacional. E creio que isso foi muito importante para o movimento de mulheres, em geral, e para o movimento feminista, em particular, porque as feministas foram voltando e as que estavam dentro e não sabiam que eram feministas, como eu, foram saindo à rua para um monte de coisas. *Tínhamos como uma aura de prestígio que havíamos adquirido pelo prestígio moral das madres e abuelas nesse momento. Porque elas realmente saíram para defender uma causa, eu sempre digo, não saíram os pais, não houve um movimento de padres, houve um movimento de madres [...]* (Femenías, María Luisa. [Entrevista concedida a] Rial; Grossi, 2009, p. 729, grifo nosso).

A eficácia da tática de utilizar a maternidade enquanto instrumento político para garantir segurança ao movimento durou por pouco tempo. A Junta Militar, ao não mais entendê-las como mães ingênuas e passivas, passou a ameaçá-las psicologicamente e fisicamente. Nesse estágio, eram vistas pelo governo como uma ameaça nacional e internacional (Bouvard, 1994; Taylor, 2001; Novaro; Palermo, 2007).

Em 5 de outubro de 1977, as *Madres* apresentaram um artigo no jornal *La Prensa* que pedia a verdade sobre 237 pessoas desaparecidas e enviaram uma carta ao Congresso dos EUA, seguida de uma petição com 24.000 assinaturas que pedia a investigação dos desaparecimentos registrados (Novaro; Palermo, 2007). Nas manifestações houve repressão policial com gás de pimenta e prisão de mais de 300 mulheres

e de funcionários da imprensa estrangeira, única a cobrir o evento:

Elas organizaram grandes manifestações e marchas, algumas delas envolvendo mais de 200.000 pessoas: a Marcha de Resistência em 1981, como também no outro ano; em 1982 a Marcha para a Vida e a Marcha para a Democracia; em 1983, ao final da última Junta Militar, elas colaram por Buenos Aires os nomes e as silhuetas dos desaparecidos (Taylor, 2001, p. 102, tradução nossa).

Reconhecido o alcance das Madres, a Junta Militar decidiu agir. No dia 8 dezembro de 1977, funcionários da Escola de Mecânica da Armada (ESMA)^{xv} sequestraram Azucena Villafalor, Esther Ballestrino, María Ponce de Bianco, duas freiras francesas (Alice Domon e Léonie Duquet) e sete ativistas de direitos humanos ligados ao grupo, no momento em que recolhiam dinheiro para publicar outra matéria nos jornais. A situação chocou as *Madres*, porém não pararam suas atividades e seguiram seu caminho sob a liderança de Hebe de Bonafini e René Epelbaum – a última faleceu em 1998 (Bouvard, 1994; Taylor, 2001).

Conclusões

Unidas pela dor, as Mães da Praça de Maio enfrentaram a truculência da ditadura civil-militar argentina em busca de seus filhos desaparecidos. Num contexto hostil, de extrema repressão das liberdades políticas e civis, mulheres e mães com pouca instrução e envolvimento na política quebraram paradigmas que as confinavam no âmbito privado de suas casas (Bouvard, 1994). Contudo, a indiferença do governo militar e da sociedade dificultavam as tentativas dos movimentos de direitos humanos de coletarem informações sobre o caso dos desaparecidos. Por isso, as Madres viram a necessidade de se articularem, de compreenderem que sua luta era comum e que unidas eram mais fortes. Ao quebrarem com o silêncio dos desaparecidos, dando-lhes um nome e um rosto, demandavam da Junta Militar onde estavam, por que haviam sido desaparecidos e quem eram os responsáveis por tamanha violência.

A Praça de Maio, local histórico de grandes ícones políticos da Argentina e de importantes espaços administrativos do governo, proporcionou que essas mulheres compartilhassem informações, sentimentos e vontade política para encontrar suas filhas e filhos desaparecidos. De fraldas fizeram lenços com nomes bordados, de fotos fizeram cartazes e do círculo da praça iniciaram uma marcha em busca de verdade, memória e justiça. Sua trajetória durante a ditadura não foi fácil e muito menos ausente de dificuldades e dilemas com a sociedade, o governo e dentro do próprio movimento. Constantemente ameaça das,

desacreditadas e atacadas pelos militares e por uma sociedade que custava em acreditar ou observar o estado de terror que pairava na vida política e social da Argentina, foram obrigadas a transformar suas táticas de ação de maneira criativa e urgente para sua sobrevivência (McAdam et al., 2009).

Um dos aspectos analisados de identidade e tática de ação das Madres para chamar a atenção ao caso dos desaparecidos foi a maternidade. Se antes a maternidade era atributo essencial e inerente das mulheres de geração da vida e de cuidado para com sua família devido ao seu gênero, articularam as expectativas de cuidado, afeto e carinho em estratégias de ação política (Bouvard, 1994; Jasper, 1997; Berbrier, 1998). Na Praça de Maio, resgataram seu papel maternal como uma maneira de chamar a atenção dos militares e da sociedade, reapropriando-se dos estigmas sociais que aprisionavam as mulheres dentro de suas casas para levá-los às ruas em constantes disputas simbólicas e discursivas. E, mesmo não se intitulando enquanto feministas, serviram e servem de exemplo de luta de milhares de mulheres até hoje na América Latina e no mundo (Femenías, 2006; Rial; Grossi, 2009).

Por meio da maternidade e símbolos como a Praça de Maio e os lenços na cabeça de forma, realinharam seus sentimentos de raiva, tristeza, solidão e luto para chamar a atenção da sociedade argentina e do mundo. Com a socialização política da maternidade, as Madres utilizaram-se de elementos sociais esperados de mães como forma de combate público ao discurso e as atividades de repressão da Junta Militar.

Portanto, o afeto, a dor, o compartilhamento de identidades e histórias comuns possibilitou o alcance de níveis tático-políticos de confronto e de disputa na busca dos desaparecidos para além de fronteiras geográficas e do espaço privado de suas casas.

Referências

Asociación Madres de Plaza de Mayo- AMPM (1995). *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: Ediciones Asociación Madres de Plaza de Mayo.

Berbrier, M. (1998). “Half the battle”: cultural resonance, framing processes, and ethnic affectations in contemporary white separatists’ rhetoric. *Society for the Study of Social Problems*, 45, (4), 431–50. Recuperado de <http://bit.ly/2SQYPEK>.

Bobbio, N., Matteucci, N., Pasquino, G. (1998). *Diccionario de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Bombal, I. (1992). De vítimas a sujeitos: as Mães da Plaza de Mayo. *Revista de Ciências Humanas*, 8, (11), 49-70. Recuperado de <https://goo.gl/7k78Fr>

Bosco, F. J. (2001). Place, space, networks, and the sustainability of collective action: the Madres de Plaza de Mayo. *Global Networks*, 1, p. 307–329. Recuperado de <http://bit.ly/2HsDfRi>

Bosco, F. J. (2006). The Madres De Plaza De Mayo and Three Decades of Human Rights’ Activism: Embeddedness, Emotions, and Social Movements. *Annals of the Association of American Geographers*, 96, (2), p. 342–365. Recuperado de www.jstor.org/stable/3694051

Bouvard, M. (1994). *Revolutionizing motherhood: the Mothers of the Plaza de Mayo*. Wilmington: Scholarly Resources Inc.

Calveiro, P. (2006). *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue.

Carosio, A. (2017). Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latinoamericano. En Sagot, Montserrat (Coord). *Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de <http://bit.ly/2OWdwoN>

Femenías, M. L. (2006). Afirmación identitaria, localización y feminismo mestizo. En *Feminismos de París a La Plata*. Buenos Aires: Editora Catalogo. p. 97-127.

Foss, K. A., Domenici, K. L. (2001). Haunting Argentina: Synecdoche in the protests of the mothers of the Plaza de Mayo. *Quarterly Journal Of Speech*, 87, (3), p.237-258. Recuperado de <http://bit.ly/3bEveXt>

Jasper, J. M. (1997). *The Art of Moral Protest*. Chicago: Univ. Chicago Press.

McAdam, D., Tarrow, S., Tilly, C. (2009). Para mapear o confronto político. *Revista Lua Nova*, (76), p. 11-48. São Paulo. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>

Melucci, A. (2004). The process of collective identity. En H. Johnston & B. Klandermans, (edit.). *Social movements and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press. pp. 41-63.

- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Navarro, M. (2001). The personal is political: las Madres de Plaza de Mayo. En S. Eckstein (Ed.). *Power and popular protest: Latin American social movements*. Berkeley: University of California Press. pp. 241-258.
- Novaro, M. & Palermo, V. (2007). *A ditadura militar argentina, 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática*. São Paulo: EDUSP.
- O'Donnell, G. (1990). *Análise do Autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- O'Donnell, G. (2004). *Contrapuntos: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires: Paidós.
- Padrós, E. S.; Slatman, M. (2014). Brasil y Argentina: modelos represivos y redes de coordinación durante el último ciclo de dictaduras del Cono Sur. Estudio en clave comparativa y transnacional. En S. Jensen & S. Lastra. (Org.). *Exilios: militancia y represión. Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: Editorial de la Universidad Nacional de La Plata. Recuperado de <http://bit.ly/31SObkG>
- Proyecto Desaparecidos (2020). *Centros Clandestinos de Detención*. Recuperado de <http://www.desaparecidos.org/arg/centros/>
- Quiroga, H. (2005). El tiempo del “Proceso”. En J. Suriano (Dir.). *Dictadura y democracia: 1976-2001*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Rial, C. S. & Grossi, M. P. (2009). Nem Deus, nem amo, nem marido: uma trajetória do feminismo na Argentina - entrevista com María Luisa Femenías. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, 17, (3), pp. 717-738. Recuperado de <http://bit.ly/2uL1J5J>
- Romero, L. A. (2002). *A history of Argentina in the twentieth century*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- Sanjurjo, L. (2013). *Sangue, Identidade e Verdade: Memórias sobre o Passado Ditatorial na Argentina*. 2013. 336f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em An-
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos CES*, 48. Recuperado de <https://journals.openedition.org/eces/1533>
- Sznajder, M. (2003). El impacto de la aplicación de las Doctrinas de Seguridad Nacional en el Cono Sur. En O. Balaban & A. Megged (comps). *Impunidad y derechos humanos en América Latina*. La Plata: Universidad de Haifa y Ediciones Al Margen.
- Tarrow, S. (2011). *Power in movement: social movements and contentious politics*. New York: Cambridge University Press.
- Taylor, D. (2001). Making a Spectacle: The Mothers of the Plaza de Mayo. *Journal of the Association for Research on Mothering*, 3, (2).
- Thornton, S. W. Grief Transformed: The Mothers of the Plaza de Mayo. *OMEGA - Journal of Death and Dying*, 41, (4), pp. 279-289. Recuperado de <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2190/YVKV-7601-8VKD-VM5T?journalCode=omea>
- Vezzetti, H. (2003). *Pasado y presente*. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.

ⁱDestaca-se a participação civil na construção e sustentação das ditaduras militares. Sem o apoio civil (elites políticas, empresariado e população) contesta-se a legitimidade e durabilidade das ditaduras (Sznajder, 2003). A Operação Condor ilustra a existência de pactos ou acordos de cooperação (firmados ou espontâneos) para denunciar nacionais de outros países da região, bem como realizar repatriações forçadas e clandestinas de dissidentes políticos ou qualquer indivíduo que fosse alvo das ditaduras. Redes transnacionais de coordenação repressiva, organizadas pelas ditaduras, difundiram o terrorismo de Estado na região e constituíram uma comunidade regional interessada em combater os inimigos internos. Nessa lógica, a soberania estatal das fronteiras nacionais foi reestruturada e submetida a diretrizes comuns com o intuito de compartilhar informações, formar unidades operacionais conjuntas de repressão, organizar o controle e a vigilância de pessoas, instituições, organizações e até mesmo de governos contíguos que não queriam colaborar com os militares (Padrós; Slatman, 2014).

ⁱⁱSegundo Quiroga (2005, p. 43, tradução nossa), as Forças Armadas foram os principais agentes que colocariam em prática os quatro objetivos do Processo: “[...] 1) restituição dos valores essenciais do Estado; 2) erradicação da subversão; 3) promoção do desenvolvimento econômico; e 4) posterior restauração de uma democracia republicana”. Durante o Processo, uma Junta Militar foi escolhida para dirigir o projeto. A Junta foi sucessivamente controlada por quatro generais: Jorge Videla (1976-1981); Roberto Viola (1981); Leopoldo Galtieri (1981-1982) e Reynaldo Bignone (1982-1983).

ⁱⁱⁱSegundo Norberto Bobbio et al. (1998), o significado de Golpe de Estado modificou-se através do tempo no que se entende por quem realiza o golpe (os atores) e pela sua forma (como se faz). O que não variou é que são os órgãos do próprio Estado responsáveis pelo Golpe. O termo consolidou-se através do surgimento de governos constitucionais, o qual passa a ter o sentido de violação da Constituição legal estatal. Durante a década de 1970, muitos países como a Argentina encontravam-se sob governos militares ou que haviam saído de um. Nesses casos, Bobbio frisa um ponto relevante: a maioria de quem tomou o poder fazia parte de um setor específico da burocracia estatal, os chefes militares. Atualmente, para Bobbio, não há um Golpe de Estado sem a presença de pelo menos um grupo militar, o que também caracteriza a ação como um Golpe Militar. Assim, o Golpe de Estado – ou Militar – é a instauração de um novo poder que impõe a sua própria legalidade através de uma mudança da liderança política, realizado pelos órgãos estatais, seguido ou não por mobilizações políticas e sociais. Ademais, a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos coloca-se como uma característica normal dos golpes estatais.

^{iv}O Processo na Argentina caracteriza-se no que se conhece por um Estado Burocrático-Autoritário. Consoante O’Donnell (1990), o Estado Burocrático-Autoritário configura-se enquanto um Estado autoritário marcado pela dominação das classes abastadas (a burguesia), responsáveis por reimplantar a “ordem” social ao controlar as camadas mais populares, ao passo que se “normaliza” a economia. Excluem-se as possibilidades de participação política de determinados seguimentos populares para eliminá-los da vida política. Como consequência dessa exclusão, os canais democráticos de cidadania e participação popular são suprimidos, afastando-se o Estado do povo. Não obstante, as questões econômicas e sociais não levam em consideração a necessidade de se relacionarem com a opinião e a participação da população. Limita-se, assim, o controle do Estado às grandes corporações, às organizações e principalmente às Forças Armadas.

^vA violência sistemática baseava-se na atuação francesa na Argélia e na Indochina, tanto como nos ensinamentos dos diversos centros militares dos Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, diferentemente da década de 1960, a doutrina e os objetivos da metodologia militar de segurança modificaram-se em relação ao inimigo a ser combatido; não se tratava mais de garantir a segurança perante um inimigo externo, e sim, de um inimigo interno (Vezzetti, 2003).

^{vi}As quatorze mulheres eram Azucena Villaflor, Berta Braverman, Haydée García Buelas, María Adela Gard, Julia Gard, María Mercedes Gard e Cándida Gard (irmãs), Delicia González, Pepa García de Noia, Mirta Baravalle, Kety Neuhaus, Raquel Archushin, Antonia Cisneros e Ada Feingenmüller de Senar. Outras Madres consolidaram o movimento: Aline Moreno del Hodel, Aurora Alonzo, Evel Aztarbe de Petrini, Hebe de Bonafini, Hebe Maria Pavero de Mascia, María Adela Antokoletz, Maria Berigelli de Miani, Maria del Rosario e Susanna de Gudano.

^{vii} Para o espaço doméstico “[...] e quem o habita, nada mais e nada menos que um desmoronamento de seu valor e sua munção política, ou seja, de sua capacidade de participação em decisões que afetam à coletividade toda” (Segato, 2012, p. 121).

^{viii}Para maiores informações sobre a REF, ver <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>.

^{ix}A ideia surgiu durante a participação das Madres na procissão da comunidade católica de Buenos Aires na cidade de Luján, na província de Buenos Aires (Bouvard, 1994; AMPM, 1995)

^xAs Madres articularam o que se chama de enquadramento das emoções. Segundo Jasper (1997), as emoções constroem as ideias, os interesses e as identidades dos ativistas. Ao contrário do que alguns teóricos podem pensar, as emoções não são opostas à racionalidade, e sim, parte da ação racional. As emoções não são apenas sensações corporais, são igualmente fruto de construções sociais e “sentidas” de determinada maneira. Para Berbrier (1998), os objetivos dos atores podem ser enquadrados ao lado de seus sentimentos, potencializando a sua ação coletiva ao passo que esses mesmos sentimentos estão localizados numa determinada cultura em determinado tempo e espaço.

^{xi}O auto-reconhecimento nas emoções atenta para o caso de que não se abalaram com a indiferença do governo militar, de suas ameaças e pela morte de companheiras, familiares e amigos e apoiadores ao ponto de desistirem de sua luta, mas se uniram ainda mais para continuar com a sua luta. Para Alessandro Pizzorno (1978; 1986, apud Melucci, 2004, p. 48): “During a conflict the internal solidarity of the group reinforces identity and guarantees it. People feel a bond with others not because they share the same interests, but because they need this bond in order to make sense of what they are doing”.

^{xii}As próprias Madres diziam que “nasceram” de seus filhos com a frase *Paridas por Nuestros Hijos*, pois perceberam que a luta política deles teria despertado a sua vontade de lutar contra a ditadura (Bouvard, 1994; Thornton, 2016).

^{xiii}De acordo com Bosco (2006), as outras cidades que formaram outros grupos de Madres são: Mendoza, La Rioja, Catamarca, Ledesma, Calilegua, Salta, Concordia, Río Cuarto, Mar del Plata, Zárate, Quilmes, Punta Alta, Bahía Blanca, Gualeguayachú, La Plata, Tucumán, Ayacucho, Junín, Lomas de Zamora e San Juan. Não é citado, mas a cidade de Córdoba (segunda maior do país) também possuía um grupo de Madres.

^{xiv}Para Thornton (2016), as Madres nunca relegaram seu papel maternal. Ao contrário, utilizaram a maternidade como um meio para transmitir justiça, paz e amor, em confronto à visão paternal, militar, violenta e baseada na força que a Junta Militar queria para reorganizar a sociedade e o país.

^{xv}A ESMA foi o maior Centro Clandestino de Detenção na Argentina, localizado em Buenos Aires. Segundo o Proyecto Desaparecidos da Argentina, os Centros Clandestinos de Detenção estavam por todo o país em suas diversas regiões e cidades. Além da ESMA, o segundo maior era o *La Perla*, nas periferias da cidade de Córdoba. Existiam outros nas províncias de Santa Fé, Mendoza, Tucumán e Jujuy. Conforme os depoimentos colhidos pela CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas), há duas categorias guarda-chuva sobre os locais de detenção: a) Lugar Transitório (LT), lugares com tempo curto de permanência, destino inicial após o sequestro ou até que se analisasse a libertação pelo Poder Executivo Nacional; e b) Lugar de Detenção de Detidos (LRD), locais em que os presos ficavam por um tempo até que se decidia seu destino final (Proyecto Desaparecidos, 2020).